

Declaração de insolvência

ESTADO 25 SET 1991
Dunida Ext
SÃO PAULO

Ao que parece, pretendemos exportar o modelo brasileiro que permite ao Estado impor sua vontade ao setor privado. É o que se depreende da atitude do presidente Fernando Collor de Mello ao solicitar ao presidente dos Estados Unidos sua interferência junto dos bancos credores para que sejam mais flexíveis conosco. O pretexto é primário: não estamos em condições de oferecer-lhes as garantias que nos estão pedindo. Somos um país falido.

Talvez não seja essa a melhor tática para obter uma consolidação da nossa dívida. Há anos afirma o País que não está em situação de falência. Mas necessitando apenas de prazo para honrar seus compromissos, o que seria exequível com a obtenção de uma concordata. O juiz — como se sabe — defere uma concordata quando convencido de que uma empresa não está em situação falimentar. No entanto, o argumento do presidente Collor é que não temos condições de pagar.

Ocorre que países em condições muito piores que a nossa — como o México de dois anos atrás e a Argentina de hoje — conseguiram, com medidas adequadas, sair de uma situação

pré-falimentar. O primeiro, apresentando sinais reais de sua vontade de chegar a um ajuste, obteve toda a ajuda necessária do FMI e do Banco Mundial para oferecer garantias sobre principal e juros. Por que não conseguiria o Brasil a mesma ajuda, preferindo pedir ao presidente dos EUA pressão sobre os bancos aos quais devemos, num país em que o setor privado não recebe ordens do governo?

O problema é que não estamos dando sinais de que podemos desenvolver um programa sério de ajuste, optando por culpar os países ricos por nossa situação em vez de reconhecer nossos pecados. O exemplo da privatização é modelar: sabe-se que esse processo é indispensável não somente para aliviar os gastos estatais, como também para reduzir nossa dívida externa (e assim atenuar o montante de securitização, isto é, o montante das garantias a oferecer).

Quando um país afirma, pelo próprio presidente, que não está em condições de pagar, será normal que os credores venham a exigir-lhe maiores garantias. Circunstância que, infelizmente, parece ter escapado ao presidente Collor de Mello.